

# Senado aguarda texto do novo PNE para iniciar análise

Deve chegar ao Senado nos próximos dias o projeto de lei que estabelece o novo Plano Nacional de Educação (PNE). A matéria foi aprovada no dia 10 na Câmara dos Deputados e agora precisa passar pela análise dos senadores. O texto traz diretrizes, metas e estratégias para a política educacional brasileira para os próximos dez anos.

O PNE (PL 2.614/2024) valerá para o decênio contado a partir da

publicação da futura lei – inicialmente, o período seria 2024-2034, mas o começo da vigência teve de ser adiado, até a aprovação do texto pelo Congresso. O novo plano vai substituir a Lei 13.005/2014, que definiu o PNE 2014-2024 e teve a vigência prorrogada até o final deste ano. Por essa razão, os parlamentares precisam concluir a votação do projeto em caráter de urgência.

Enquanto o PL ficou em análise

na Câmara, a Comissão de Educação (CE) do Senado se adiantou e debateu o tema, em um ciclo de dez audiências públicas requeridas pela presidente do colegiado, senadora Teresa Leitão (PT-PE).

Esta é a terceira edição desse tipo de plano, que busca alinhar o planejamento educacional brasileiro a padrões de qualidade, equidade e eficiência, com foco na erradicação do analfabetismo e na universalização do atendimento escolar.

A versão aprovada organiza o PNE em 19 objetivos estratégicos, que vão da educação infantil ao ensino superior, indicando metas e prazos. O texto também prevê a valorização dos profissionais da educação.

O texto amplia os investimentos públicos em educação para 7,5% do produto interno bruto (PIB) em sete anos, chegando a 10% ao final do decênio.

Na Câmara, o texto foi analisado e votado de forma terminativa (com decisão final) em uma comissão especial. O relatório aprovado retirou a obrigação de entes federativos (estados e municípios) apresentarem informações sobre o investimento público em proporção aos respectivos PIBs.

O texto amplia os investimentos públicos em educação para 7,5% do produto interno bruto (PIB) em sete anos, chegando a 10% ao final do decênio.

Na Câmara, o texto foi analisado e votado de forma terminativa (com decisão final) em uma comissão especial. O relatório aprovado retirou a obrigação de entes federativos (estados e municípios) apresentarem informações sobre o investimento público em proporção aos respectivos PIBs.

**PRINCIPAIS MUDANÇAS** - O texto da Câmara concentrou-se nos seguintes pontos:

- manutenção da coerência com a defesa da escola pública, deixando de fora a regulamentação do homeschooling (educação domiciliar);
- ajuste nos mecanismos de financiamento (Custo Aluno-Qualidade), remetendo a definição de valores para regulamentação posterior, em resposta à equipe econômica, que temia impacto fiscal imediato e automático;
- reforço na gestão democrática

CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA



> *Plano Nacional de Educação para os próximos 10 anos define metas e prazos de melhorias educacionais para o país*

das escolas, assegurando que a escolha de diretores por critérios técnicos e de mérito seja condicionalidade para o repasse de recursos;

- substituição de expressões específicas por termos mais abrangentes de respeito aos direitos humanos e combate a discriminações, com a retirada de menções explícitas a "identidade de gênero" e "orientação sexual".

A iniciativa prevê ainda metas para combate à violência no ambiente escolar e ao bullying (intimidação sistemática). Além disso, define que metade das novas matrículas no ensino profissionalizante deverá ser integrada ao ensino médio, e que a busca por empregabilidade e renda será foco ao final do ensino superior.

> **Prazos e metas:**

- > **Até o 2º ano de vigência:**
  - universalizar a pré-escola para todas as crianças de 4 e 5 anos
  - conectar 50% das escolas públicas à internet de alta velocidade, com redes wi-fi

blicas à internet de alta velocidade, com redes wi-fi

- > **Até o 3º ano de vigência:**
  - universalizar o acesso à escola para toda a população de 6 a 17 anos
  - disponibilizar condições mínimas de infraestrutura de funcionamento e salubridade a todas as escolas e melhorar infraestrutura, funcionamento e salubridade de instituições de ensino superior.

- > **Até o 5º ano de vigência:**
  - 80% das crianças deverão estar alfabetizadas ao final do 2º ano do ensino fundamental ;
  - 97% da população com 15 anos ou mais deverá estar alfabetizada
  - Ofertar matrículas em tempo integral em até 50% das escolas públicas, para atender 35% dos estudantes da educação básica;
  - conectar à internet de alta velocidade, com redes wi-fi, em ao menos 75% das escolas públicas;
  - desenvolver e implementar plataformas de ensino digital;

nos para adaptação às mudanças do clima em 60% das redes de ensino;

- reduzir contratos temporários (no máximo 30% dos profissionais do magistério poderão estar sem cargo efetivo).

> **Até o 7º ano de vigência:**

- Ampliar o investimento público em educação para o equivalente a 7,5% do produto interno bruto (PIB).

> **Até o fim do 10º ano de vigência:**

- ampliar o investimento público em educação para o equivalente a 10% do PIB
- 85% dos alunos deverão atingir nível adequado de aprendizagem no término do ensino fundamental;
- 80% dos estudantes deverão atingir nível adequado de aprendizagem no término do ensino médio.

Com informações da Agência Câmara Da Agência Senado  
BRASILIA

**Câmara Municipal de Assis Chateaubriand**  
ESTADO DO PARANÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

CONTRATO: 001/2023  
TERMO ADITIVO: 003  
PROCESSO: 001/2023 - DISPENSA Nº 001/2023

DATA: 03/02/2023  
DATA: 15/12/2025

PARTES: CÂMARA MUNICIPAL DE ASSIS CHATEAUBRIAND  
C2 TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

ALTERAÇÃO:

Prorrogar o prazo de vigência do contrato, por 12 (doze) meses a contar de 09/02/2026, com base na CLÁUSULA OITAVA — PRORROGAÇÃO DO PRAZO E CRITÉRIO DE REAJUSTE, e em conformidade com o disposto no inciso II, do artigo 57, da Lei n.º 8.666/93.

O valor para o período prorrogado é de R\$ 2.697,60 (dois mil seiscentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), sendo que o valor total do contrato e seus aditivos passa a ser de R\$ 10.790,40 (dez mil setecentos e noventa reais e quarenta centavos).

Assinaturas: OSMAR APARECIDO RINKI - PRESIDENTE DA CÂMARA  
MARCIA CRISTINA ROMAGNOLI GUARISCO FERREIRA - C2 TELECOMUNICAÇÕES E SERVIÇOS LTDA

**CÂMARA MUNICIPAL DE TOLEDO**

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DISPENSA Nº 7/2025 – ELETRÔNICA

OBJETO: O objeto do presente procedimento é a escolha da proposta mais vantajosa para a contratação, por dispensa de licitação, para a aquisição de flores e congêneres bem como manutenção de paisagismo nos jardins externos e internos da Câmara Municipal de Toledo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos. ENTREGA DA PROPOSTA: Até as 8:59:59 de 19 de dezembro de 2025. DATA DA ABERTURA: 19 de dezembro de 2025, às 09h00min. PLATAFORMA: www.gov.br/compras, sob o número: 90016/2025 - UASG: 930217. VALOR GLOBAL: R\$ 28.590,00 (vinte e oito mil, quinhentos e noventa reais). PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura e aceite do objeto. VIGÊNCIA DO CONTRATO: O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 106 da Lei nº 14.133, de 2021; AMPARO LEGAL: A contratação se dará via Dispensa de Licitação, fundamenta no art. 75, inciso II, em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133/21, Resolução da Câmara nº 79, de 12 de março de 2024 e demais legislação aplicável. Jair Menoncin Scarpatto - Diretor-Geral da Câmara Municipal de Toledo.

**MUNICÍPIO DE PALOTINA**

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO - DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0237/2025 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

Ofício nº 572/2025, solicita ratificação do ato praticado que autorizou a realização do Objeto: CREDENCIAMENTO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS QUE SEJAM PRESTADORAS DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS NA ÁREA DE FISIOTERAPIA PARA ATENDIMENTO A PACIENTES EM INTERNAMENTOS NO HOSPITAL MUNICIPAL PREFEITO QUINTO ABRÃO DELAZERI, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO. A PEDIDO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. VALOR ESTIMADO: R\$ 174.564,00 (CENTO E SETENTA E QUATRO MIL QUINHENTOS E SESSENTA E QUATRO REAIS) COM INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. Empresa: ODONTOLOGIA MP LTDA – CNPJ Nº 57.985.168/0001-10 DESPACHO: RATIFICADO, nos termos das razões elencadas no procedimento nº 237/2025, anexo. Em 16 de Dezembro de 2025. Assina: SR. RODRIGO RIBEIRO - Prefeito Municipal.O DOCUMENTO NA ÍNTEGRA SE ENCONTRA DISPONÍVEL NO PORTAL DA TRANSPARÊNCIA E NO DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO DO MUNICÍPIO

**PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE TOLEDO - PR DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS**

AVISO

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 69/2025  
PROponente: EMDUR - EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO  
Endereço: Avenida José João Muraro, nº 1944, Jardim Porto Alegre CIDADE: Toledo ESTADO: PR

**OBJETO:** Contratação da empresa EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO, inscrita sob o CNPJ 77.878.023/0001-28 localizada na Rua José João Muraro, 1944 – Jardim Porto Alegre, para execução de obra de engenharia, contemplando fornecimento de materiais e mão de obra, para a execução dos serviços de terraplanagem, implantação de base/sub-base e pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) na área destinada à Pista de Drift, localizada no Autódromo Municipal Rafael Sperfacko - BR-163/PRC-467, no município de Toledo-PR. **VALOR GLOBAL:** O custo estimado total da contratação é R\$ 1.177.061,76 (um milhão, cento e setenta e sete mil, sessenta e um reais e setenta e seis centavos). **PAGAMENTO:** O pagamento será efetuado de acordo com a execução dos serviços através de Planilha de Medição em até 15 (quinze) dias após a apresentação da nota fiscal. **PRazo de Execução:** O prazo de execução do objeto será de 180 (cento e oitenta) dias. **PRazo de Vigência:** O prazo de vigência contratual será de 360 (trezentos e sessenta) dias corridos, contados a partir da assinatura do contrato. **AMPARO LEGAL:** Artigo 75, inciso IX da Lei Federal 14.133/2021.

**EXTRATO CONTRATO Nº 1066/2025**  
PARTES: MUNICÍPIO DE TOLEDO e EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO  
**OBJETO:** Contratação da empresa EMDUR – EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL DE TOLEDO, inscrita sob o CNPJ 77.878.023/0001-28 localizada na Rua José João Muraro, 1944 – Jardim Porto Alegre, para execução de obra de engenharia, contemplando fornecimento de materiais e mão de obra, para a execução dos serviços de terraplanagem, implantação de base/sub-base e pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente) na área destinada à Pista de Drift, localizada no Autódromo Municipal Rafael Sperfacko - BR-163/PRC-467, no município de Toledo-PR. **VALOR GLOBAL:** O custo estimado total da contratação é R\$ 1.177.061,76 (um milhão, cento e setenta e sete mil, sessenta e um reais e seis centavos). Contrato firmado em 16 de dezembro de 2025, conforme conclusões do processo de Dispensa de Licitação nº 69/2025.

## Comissão vota MP da proteção de dados nesta quarta (17)

SAULO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL



> *O relator, senador Alessandro Vieira, ao lado do presidente da comissão. Deputado Reginaldo Lopes*

A medida provisória que transforma em agência reguladora a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) será votada pela comissão mista responsável por sua análise inicial na quarta-feira (17), a partir das 13h.

Nesta terça-feira (16), o relator da MP 1.317/2025, senador Alessandro Vieira (MDB-SE), apresentou seu relatório favorável à aprovação do texto, com ajustes redacionais, na forma de um projeto de lei de conversão (PLV). Ele rejeitou as 40 emendas apresentadas por deputados e senadores.

A MP garante autonomia para a ANPD, que passa a ser uma autarquia de natureza especial, e cria 200 cargos para a nova estrutura. O presidente da comissão mista, o deputado Reginaldo Lopes (PT-MG), concedeu vista coletiva do relatório a pedido do deputado Alberto Fraga (PL-DF), e suspendeu a reunião, que será retomada às 13h da quarta.

A nova agência tem autonomia funcional, técnica, decisória, administrativa e financeira, consolidando a entidade como reguladora da pro

teção de dados no país. De acordo com a medida provisória, 200 cargos de especialista em regulação de proteção de dados e 18 cargos em comissão e funções de confiança serão criados por meio da transformação de cargos efetivos vagos (ou seja, sem previsão de aumento de despesa). Além disso, serão criados outros 26 cargos em comissão e funções de confiança.

Ao justificar a criação dos cargos, o governo federal argumenta que a

medida é necessária para garantir que a entidade, que conta com estrutura reduzida diante de suas atuais atribuições, seja capaz de atuar.

Entre as competências da agência está a aplicação do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (ECA Digital), que foi instituído para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital, lembrou Alessandro. O ECA Digital teve origem em projeto de lei (PL 2.628/2022), de Alessandro, aprovado pelo Senado no final

## Votação da PEC da Segurança Pública e do projeto antifacção fica para 2026

Os líderes partidários decidiram adiar para 2026 a votação, no Plenário da Câmara dos Deputados, da Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública (PEC 18/25) e das mudanças do Senado no projeto de lei conhecido como PL Antifacção (PL 5582/25).

A decisão teve o apoio de líderes do governo e da oposição e foi tomada durante reunião nesta segunda-feira (15).

A PEC da Segurança Pública

deve ser votada na comissão especial que analisa a proposta. O relatório do deputado Mendonça Filho (União-PE) propõe a criação do Sistema Único de Segurança Pública e traz mudanças no projeto original encaminhado pelo Executivo.

O projeto de lei antifacção, de combate ao crime organizado, aumenta as penas para crimes cometidos por facções criminosas ou milícias.

O texto aprovado pelo Senado prevê a cobrança de empresas de

apostas, conhecidas como bets, para o Fundo Nacional de Segurança Pública. As mudanças ainda precisam ser analisadas e aprovadas pela Câmara dos Deputados.

**MAIS DEBATE** - O líder do PT, deputado Lindbergh Farias (RJ), afirmou que o adiamento permitirá uma análise mais detalhada das propostas. "Decidimos deixar a votação para o próximo ano porque há pontos que precisam ser apri

morados e corrigidos", afirmou.

Segundo ele, houve consenso entre os líderes para adiar a análise da proposta de emenda à Constituição. Sobre o PL Antifacção, o deputado disse que o texto do senador Alessandro Vieira (MDB-SE) corrige pontos do relatório apresentado na Câmara. "É um tema polêmico, que exige mais debate", declarou.

Da Agência Câmara de Notícias  
BRASILIA

